

**BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB)**  
**TIPO 1****SUA PROVA**

- Além deste caderno contendo **25 (vinte e cinco)** questões objetivas e **2 (duas)** questões discursivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e a(s) folha(s) de textos definitivos;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.

**TEMPO**

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.

**NÃO SERÁ PERMITIDO**

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.

**INFORMAÇÕES GERAIS**

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e as folhas de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e das folhas de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos;
- Confira seu cargo e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e das suas folhas de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas e das folhas de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

## PROVA OBJETIVA - BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB)

---

### 1

---

A Resolução CMN nº 4.955, de 21 de outubro de 2021, estabelece a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR) das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sendo um indicador crucial para a solvência das instituições financeiras.

A resolução define os critérios e procedimentos para a composição do PR, incluindo o tratamento de instrumentos de capital, deduções de ativos intangíveis, investimentos em outras entidades, e ajustes prudenciais, garantindo que as instituições mantenham uma base de capital adequada para suportar os riscos de suas operações e cumprir as exigências de capital mínimo estabelecidas pelo Banco Central.

O Nível I do Patrimônio de Referência (PR) das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil consiste no somatório do

- (A) Capital Social e do Capital Subscrito.
- (B) Capital Social e do Capital Integralizado.
- (C) Capital Social e do Capital Complementar.
- (D) Capital Subscrito e do Capital a Integralizar.
- (E) Capital Principal e do Capital Complementar.

### 2

---

A Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021, estabelece os princípios gerais que orientam o reconhecimento, a mensuração, a escrituração e a evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A norma visa assegurar que as demonstrações financeiras dessas instituições reflitam de maneira fiel e transparente a realidade econômica das transações, eventos e condições financeiras, de acordo com os padrões contábeis internacionalmente aceitos.

A resolução enfatiza a importância da consistência e da comparabilidade das informações contábeis, exigindo que as instituições sigam critérios rigorosos para o reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas, bem como para a divulgação de informações relevantes que permitam aos usuários das demonstrações financeiras tomarem decisões informadas.

Em relação a essa norma, o livro Balancetes Diários e Balanços deve consignar, em ordem cronológica de dia, mês e ano, a movimentação diária das rubricas contábeis, discriminando, em relação a cada uma delas,

- (A) o saldo atual; os lançamentos a débito e os lançamentos a crédito escriturados no dia; e o saldo inicial, com indicação das fontes de recursos.
- (B) o saldo atualizado; os lançamentos de receitas e despesas escrituradas no dia; e o saldo inicial, com indicação dos saldos credores e devedores.
- (C) o saldo financeiro; os lançamentos a débito e os lançamentos a crédito escriturados no dia; e o saldo inicial, com indicação das fontes de recursos.
- (D) o saldo consolidado; os lançamentos de receitas e despesas escrituradas no dia; e o saldo resultante, com indicação dos saldos credores e devedores.
- (E) o saldo anterior; os lançamentos a débito e os lançamentos a crédito escriturados no dia; e o saldo resultante, com indicação dos saldos credores e devedores.

**3**

Uma instituição financeira fiscalizada pelo Banco Central do Brasil foi alvo de investigação por suspeita de participação em esquema de lavagem de dinheiro envolvendo remessas irregulares para o exterior, dissimulando recursos provenientes de corrupção praticada por agentes públicos. Durante o inquérito policial, a autoridade policial identificou contas bancárias vinculadas à instituição e a interpostas pessoas, contendo bens e valores que possivelmente foram instrumentos e proveitos do crime.

Diante do quadro apresentado, o juiz competente, atendendo à representação da autoridade policial e manifestação favorável do Ministério Público, determinou medidas assecuratórias sobre os bens encontrados, bem como a alienação antecipada de parte desses bens. Durante o processo, verificou-se que o crime antecedente (corrupção) estava sendo julgado na Justiça Estadual.

Considerando as disposições da Lei nº 9.613/98 (atualizada pela Lei nº 12.683/2012) e as regras aplicáveis à alienação antecipada, assinale a afirmativa correta.

- (A) A alienação antecipada dos bens só pode ocorrer após sentença condenatória transitada em julgado.
- (B) Os bens alienados antecipadamente não podem ser utilizados para pagamento de multas ou custas decorrentes do processo.
- (C) A competência para julgamento é da Justiça Federal, por se tratar de crime praticado contra o sistema financeiro nacional.
- (D) A competência para julgamento é exclusiva da Justiça Estadual, em razão da competência sobre o crime antecedente de corrupção.
- (E) A alienação antecipada de bens exige autorização expressa do Banco Central, dado que a instituição financeira é fiscalizada por ele.

**4**

Durante uma auditoria externa em uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil a operar no mercado de câmbio, o auditor identificou que a instituição processou diversas operações de compra de moeda estrangeira sem exigir documentação comprobatória detalhada sobre a origem dos recursos dos clientes.

Além disso, foi observada uma classificação incorreta e recorrente da finalidade dessas operações por parte dos clientes, sem que houvesse orientação clara da instituição para correção. O auditor também verificou que a instituição permitia o uso de contas em reais de titularidade de instituições estrangeiras para remessas, sem ter realizado análise adequada sobre a reputação e os controles internos dessas instituições no combate à lavagem de dinheiro.

Diante desse contexto, a conclusão mais adequada do auditor em relação à conformidade com a legislação cambial vigente, em especial a Lei nº 14.286/2021, seria de que

- (A) a instituição está agindo de acordo com a legislação, pois a responsabilidade pela classificação da finalidade da operação é exclusiva do cliente.
- (B) a instituição agiu corretamente ao não interferir na classificação da finalidade da operação e ao processar as operações livremente pactuadas.
- (C) a instituição cumpriu suas obrigações ao não exigir comprovação detalhada da origem dos recursos, pois a legislação cambial não obriga tal verificação.
- (D) a instituição agiu corretamente em permitir movimentações por contas em reais de instituições estrangeiras sem análise, desde que as remessas tenham sido autorizadas pelo cliente.
- (E) a instituição descumpriu suas responsabilidades ao não implementar controles suficientes para prevenir lavagem de dinheiro e ao não prestar suporte técnico adequado quanto à finalidade das operações.

**5**

A Resolução CMN nº 4.968/2021 determina que instituições autorizadas a operar no mercado de câmbio possuam controles internos eficazes para assegurar a conformidade e prevenir atos ilícitos, como lavagem de dinheiro. Exige estrutura de auditoria interna independente, adequada ao porte e complexidade da instituição, com atuação voltada à avaliação dos controles e riscos das operações cambiais.

As instituições também devem implementar gestão de riscos robusta, abrangendo identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos relacionados. Além disso, prevê a obrigatoriedade de ouvidoria para atender e registrar demandas dos clientes, contribuindo para aprimorar controles e processos internos.

Relacione os seguintes termos, estabelecidos na Resolução CMN nº 4.968/2021, com os objetivos que os sistemas de controles internos devem ter como finalidade.

1. Desempenho
2. Informação
3. Conformidade

( ) relacionado à eficiência e à efetividade no uso dos recursos nas atividades desenvolvidas.

( ) relacionado ao cumprimento de disposições legais, regulamentares e previstas em políticas e códigos internos.

( ) relacionado à divulgação voluntária ou obrigatória, interna ou externa, de informações financeiras, operacionais e gerenciais, que sejam úteis para o processo de tomada de decisão.

Assinale a opção que indica a correspondência correta, na ordem apresentada.

- (A) 3 – 1 – 2.  
(B) 2 – 1 – 3.  
(C) 2 – 3 – 1.  
(D) 1 – 3 – 2.  
(E) 1 – 2 – 3.

**6**

O Banco Alfa S.A., uma instituição financeira de médio porte, está em processo de reestruturação de seu Comitê de Auditoria. Durante a auditoria externa anual, você, como auditor independente, foi consultado sobre a composição adequada do comitê, visando atender plenamente às exigências da Resolução CMN nº 4.968/2021.

No processo de análise, identificou-se que os seguintes candidatos foram sugeridos para compor o comitê:

- Candidato A: Ex-diretor da controladora do banco, afastado há 8 meses.
- Candidato B: Gerente da equipe da auditoria independente que auditou o banco no último exercício.
- Candidato C: Conselheiro fiscal atual de uma coligada do banco.
- Candidato D: Diretor estatutário da própria instituição.
- Candidato E: Profissional com conhecimento em contabilidade, sem vínculo anterior com a instituição ou partes relacionadas.

Considerando a regulamentação vigente, o(s) candidato(s) que poderia(m), sem infringir os critérios da Resolução CMN nº 4.968/2021, integrar o Comitê de Auditoria do Banco Alfa S.A. é(são)

- (A) apenas o Candidato E.  
(B) apenas os Candidatos D e E.  
(C) apenas os Candidatos A e B.  
(D) apenas os Candidatos B e C.  
(E) apenas os Candidatos A, C e D.

**7**

Durante a auditoria das demonstrações contábeis de uma instituição financeira referente ao exercício findo em 31/12/2023, o auditor independente constatou que os valores comparativos referentes ao exercício anterior (31/12/2022) foram auditados por outros auditores independentes. O relatório de auditoria de 2022 não continha modificações.

A forma correta de tratar essa situação no relatório do auditor independente, de acordo com o CTA 03, é

- (A) incluir parágrafo de Ênfase citando os auditores anteriores.  
(B) excluir os valores comparativos, evitando menção aos auditores anteriores.  
(C) não mencionar os auditores anteriores, pois o relatório de 2022 não teve ressalvas.  
(D) mencionar os auditores anteriores no parágrafo de Opinião, sem necessidade de parágrafo adicional.  
(E) incluir parágrafo de Outros Assuntos informando que os valores do exercício anterior foram auditados por outros auditores e seu relatório não teve modificações.

**8**

Um auditor externo independente foi contratado para auditar uma instituição financeira de médio porte, fiscalizada pelo Banco Central do Brasil, referente ao exercício findo em 31/12/2023.

Durante a auditoria, a instituição solicitou que o relatório do sistema de controles internos fosse emitido apenas no exercício seguinte, alegando não ter concluído seu processo de avaliação interna. Além disso, sugeriu omitir a comunicação dos principais assuntos de auditoria no relatório sobre as demonstrações financeiras anuais.

O auditor responsável, com base na Resolução CMN nº 5.067/2023, deve

- (A) aceitar a postergação do relatório sobre controles internos.
- (B) emitir somente o relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras.
- (C) substituir o relatório completo por revisão limitada, já que o cliente não deseja divulgação total.
- (D) omitir os principais assuntos de auditoria, pois não há exigência para instituição de médio porte.
- (E) emitir todos os três relatórios obrigatórios, considerando a mesma data-base das demonstrações financeiras, e incluir os principais assuntos de auditoria.

**9**

A Norma Brasileira de Contabilidade CTA 29, de 24/09/2020, dispõe acerca de orientações aos auditores independentes sobre a emissão de relatório de auditoria das demonstrações contábeis semestrais das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

A NBC TA 700 é a norma aplicável para auditoria acerca do conjunto completo de demonstrações contábeis, incluindo-se as notas explicativas. Há duas formas de estrutura de apresentação de relatório financeiro (item 13, CTA 29), no entanto, ao adotar a apresentação de notas explicativas semestrais selecionadas findas em 30 de junho, nos termos da Resolução nº 4.720 do CMN e da Circular nº 3.959 do Bacen (item 14, CTA 29), o auditor deve incluir um parágrafo de ênfase em seu relatório chamando a atenção para a base de preparação das referidas demonstrações contábeis e que deverão estar mencionadas nas correspondentes notas explicativas (item 15, CTA 29).

Considerando os itens 13 a 15 do CTA 29, a obrigatoriedade do parágrafo de ênfase ocorre sempre que for adotada apresentação de relatório financeiro de estrutura

- (A) de conformidade.
- (B) adequada.
- (C) selecionada.
- (D) auditada.
- (E) autorizada.

**10**

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que, nos casos legalmente permitidos, mantenham propriedades para investimento devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 28 – Propriedade para Investimento, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 26 de junho de 2009, para a mensuração, o reconhecimento e a evidenciação desses ativos.

De acordo com as normas básicas do Manual Completo do Banco Central do Brasil, devem ser avaliadas pelo método do custo, as propriedades para investimento

- (A) destinadas ao uso por entidades controladas ou pela entidade controladora, apenas.
- (B) destinadas ao uso por entidades coligadas, por controladas e por empreendimentos controlados em conjunto, apenas.
- (C) destinadas ao uso por entidade controladora, apenas.
- (D) destinadas ao uso por entidades controladas, apenas.
- (E) destinadas ao uso por entidades coligadas, apenas.

**11**

Acerca da Avaliação de Investimentos e Combinação de Negócios em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, relacione os termos a seguir às respectivas definições, de acordo com as normas básicas do Manual Completo do Banco Central do Brasil (BCB).

1. Coligada
  2. Controlada
  3. Controlada em conjunto
  4. Incorporação reversa
  5. Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*)
  6. Deságio
- ( ) Ativo que representa os benefícios econômicos futuros resultantes de ativos que não são individualmente identificados nem reconhecidos separadamente, adquiridos em uma transação de aquisição de participação em coligada, controlada ou controlada em conjunto.
- ( ) Entidade sobre a qual a instituição investidora tenha influência significativa.
- ( ) Entidade cujo controle é contratualmente compartilhado por duas ou mais entidades, de modo que as decisões sobre as atividades que afetam significativamente os retornos do negócio exijam o consentimento unânime das partes controladoras.
- ( ) Entidade sobre a qual a instituição investidora tenha o controle, direta ou indiretamente.
- ( ) Valor da diferença negativa entre o custo de aquisição e o valor justo dos ativos identificáveis, deduzido do valor justo dos passivos assumidos da entidade adquirida, apurado na data-base da operação de aquisição de participação societária.
- ( ) Operação de incorporação em que a incorporada detém participação no capital da instituição incorporadora.

A relação correta, na ordem apresentada, é:

- (A) 5 – 1 – 3 – 2 – 6 – 4.  
(B) 5 – 3 – 1 – 2 – 6 – 4.  
(C) 5 – 1 – 4 – 2 – 6 – 3.  
(D) 6 – 2 – 3 – 4 – 5 – 1.  
(E) 6 – 2 – 4 – 3 – 5 – 1.

**12**

Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, sem o controle individual ou conjunto dessas políticas. O Manual Completo do Banco Central do Brasil (BCB) prevê os critérios para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Acerca da influência significativa descrita no referido manual, avalie se são indícios de sua existência:

- I. participação nos processos de elaboração de políticas, inclusive em decisões sobre dividendos e outras distribuições;
- II. operações materiais entre a investidora e a investida;
- III. intercâmbio de diretores ou outros membros da alta administração;
- IV. fornecimento de informação técnica essencial para a atividade da instituição.

São, de fato, indícios os itens

- (A) I e II, apenas.  
(B) II e IV, apenas.  
(C) I, III e IV, apenas.  
(D) I, II e III, apenas.  
(E) I, II, III e IV.

**13**

Acerca dos títulos contábeis e suas funções, referentes às Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, de acordo com as normas básicas do Manual Completo do Banco Central do Brasil (BCB), avalie os itens a seguir.

- I. Revendas A Liquidar - Posição Bancada / Função: registrar as operações de compra de títulos com compromisso de revenda, lastreadas com papéis de terceiros.
- II. Revendas A Liquidar - Posição Financiada / Função: registrar as operações de compra de títulos com compromisso de revenda, lastreadas com títulos próprios do vendedor.
- III. Revendas A Liquidar - Posição Vendida / Função: registrar os compromissos de revenda de títulos negociados em operações compromissadas com acordo de livre movimentação cujos títulos recebidos como lastro tenham sido vendidos em definitivo.

Está correto o que se apresenta em

- (A) III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

**14**

À luz da Resolução CMN nº 4.955 de 21/10/2021, o Capital Principal do Patrimônio de Referência (PR), inclui, em sua apuração, os valores correspondentes a

- (A) recursos captados, mas ainda não integralizados.
- (B) ações para as quais a instituição tenha criado, na emissão, expectativa de resgate, reembolso, amortização, recompra ou cancelamento.
- (C) valor absoluto do ajuste negativo registrado no patrimônio líquido, dos critérios de constituição de provisão para perdas esperadas.
- (D) ações que tiveram sua compra financiada, direta ou indiretamente, pela instituição emissora ou por qualquer entidade do conglomerado.
- (E) depósitos de poupança em associações de poupança e empréstimo.

**15**

De acordo com o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil – COSIF, assinale a afirmativa correta sobre a necessidade de elaborar e remeter Documentos Contábeis de Remessa ao Banco Central do Brasil.

- (A) As instituições financeiras que seguem o COSIF devem elaborar e remeter ao Banco Central do Brasil o documento individual de Balancete Patrimonial Analítico, com periodicidade bimestral.
- (B) As instituições financeiras que seguem o COSIF devem elaborar e remeter ao Banco Central do Brasil o Balanço Patrimonial Analítico, com periodicidade semestral.
- (C) No caso de conglomerado prudencial, deve ser elaborado e remetido ao Banco Central do Brasil o Balancete Patrimonial Analítico – Conglomerado Prudencial, com periodicidade trimestral.
- (D) No caso de conglomerado prudencial, deve ser elaborado e remetido ao Banco Central do Brasil o Balanço Patrimonial – Conglomerado Prudencial, com periodicidade anual.
- (E) No caso de conglomerado prudencial, deve ser elaborado e remetido ao Banco Central do Brasil Relatório do Conglomerado Prudencial, com periodicidade anual.

**16**

De acordo com o COSIF, avalie se as instituições financeiras autorizadas pelo Bacen devem elaborar e divulgar as seguintes demonstrações financeiras anuais, relativas ao exercício social, e semestrais, relativas aos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro:

- I. Balanço Patrimonial.
- II. Demonstração do Resultado.
- III. Demonstração do Valor Adicionado.
- IV. Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- V. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Estão corretos os itens

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) I, II, IV e V, apenas.
- (D) I, III, IV e V, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

**17**

Com base na Resolução CMN nº 4.910/2021 e suas alterações, avalie se as seguintes entidades estão dispensadas de terem suas Demonstrações Financeiras auditadas:

- I. Sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte.
- II. Corretoras.
- III. Cooperativas de crédito de capital e de empréstimo.

Está(ão), de fato, dispensada(s)

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

**18**

No exercício de suas atividades profissionais, o profissional da contabilidade deve observar deveres éticos e legais. Considerando o Código de Ética do Contador e as Normas Brasileiras de Contabilidade, avalie se tais deveres incluem

- I. zelar pela sua competência exclusiva na orientação técnica dos serviços a seu cargo, abstendo-se de emitir qualquer opinião em trabalho de outro contador, sem que tenha sido contratado para tal.
- II. ser solidário com os movimentos de defesa da dignidade profissional, seja defendendo remuneração condigna, seja zelando por condições de trabalho compatíveis com o exercício ético-profissional da Contabilidade e seu aprimoramento técnico.
- III. atender à fiscalização do exercício profissional e disponibilizar papéis de trabalho, relatórios e outros documentos solicitados.
- IV. ser inconfiante sobre o que souber em razão do exercício profissional, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos federal e Regionais de Contabilidade.

São, de fato, deveres dos profissionais da contabilidade

- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III, apenas.

**19**

Conforme o Código de Ética Profissional do Contabilista, o profissional da contabilidade, ao elaborar propostas de prestação de serviços, deve estabelecer, de forma escrita, a remuneração devida, considerando diversos elementos.

Avalie se os fatores a serem ponderados na determinação do valor dos honorários incluem

- I. a relevância, o vulto, a complexidade, os custos e a dificuldade do serviço a executar;
- II. o tempo que será consumido para a realização do trabalho;
- III. o resultado lícito favorável que, para o contratante, advirá com o serviço prestado;
- IV. a peculiaridade de tratar-se de cliente eventual, habitual ou permanente.

Estão corretos os fatores

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

**20**

O COSIF (Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional) é um conjunto de normas contábeis emitido pelo Banco Central do Brasil que regulamenta a contabilização das operações financeiras realizadas por instituições financeiras no país, criado para garantir a padronização e a transparência nas demonstrações financeiras.

Com base nas normas do COSIF sobre Títulos de Renda Variável, assinale a afirmativa correta acerca do tratamento contábil de ações e cotas recebidas em bonificação por uma instituição financeira.

- (A) As ações e cotas recebidas em bonificação aumentam o valor de custo das aplicações no capital de outra sociedade, e não afetam a quantidade das ações ou cotas para determinação do custo médio unitário.
- (B) As ações e cotas recebidas em bonificação aumentam o valor de custo das aplicações no capital de outra sociedade, e a quantidade das novas ações ou cotas não é computada para a determinação do custo médio unitário.
- (C) As ações e cotas recebidas em bonificação não alteram o valor de custo das aplicações no capital de outra sociedade, mas a quantidade das novas ações ou cotas é computada para a determinação do custo médio unitário.
- (D) As ações e cotas recebidas em bonificação diminuem o valor de custo das aplicações no capital de outra sociedade, e a quantidade das novas ações ou cotas não é computada para a determinação do custo médio unitário.
- (E) As ações e cotas recebidas em bonificação não alteram o valor de custo das aplicações no capital de outra sociedade, e a quantidade das novas ações ou cotas não é computada para a determinação do custo médio unitário.

**21**

A empresa ABC, uma companhia do setor de energia renovável, contratou a empresa de auditoria Veritas para realizar um trabalho de asseguarção razoável sobre os indicadores ambientais que serão divulgados em seu relatório de sustentabilidade. O sócio responsável pela asseguarção na Veritas percebeu que um dos membros da equipe de asseguarção possui investimentos financeiros significativos em ações da empresa ABC.

Com base na NBC PO 900 - INDEPENDÊNCIA PARA TRABALHO DE ASSEGUARÇÃO DIFERENTE DE AUDITORIA E REVISÃO, assinale a opção que apresenta a atitude correta a ser adotada para garantir a conformidade com as normas éticas.

- (A) O sócio responsável deve apenas alertar o membro da equipe sobre o investimento, pois a independência não se aplica a trabalhos de asseguarção diferentes de auditoria e revisão.
- (B) Como se trata de um trabalho de asseguarção razoável e não de auditoria financeira, a existência do investimento não compromete a independência da equipe.
- (C) O membro da equipe deve ser removido do trabalho de asseguarção ou se desfazer do investimento para eliminar qualquer ameaça à independência.
- (D) O investimento do membro da equipe é irrelevante, mesmo tendo influência direta sobre o relatório. Assim, a empresa pode seguir com os trabalhos.
- (E) A empresa de auditoria pode seguir com o trabalho normalmente, pois a independência só seria afetada se o investimento fosse do próprio sócio responsável pelo trabalho.

**22**

A empresa Financeira Alfa S.A. recebeu um cliente que deseja realizar um depósito em espécie no valor de R\$ 200.000,00 em sua conta empresarial. O gerente da instituição, ciente dos termos da Lei nº 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro), percebe que o cliente não consegue justificar de forma adequada a origem dos recursos.

Diante dessa situação, a atitude correta da instituição financeira, conforme a legislação vigente, é

- (A) recusar a operação e informar ao cliente que ele deve buscar um contador para justificar a origem dos recursos antes de realizar o depósito.
- (B) permitir a realização do depósito normalmente, desde que o cliente assine uma declaração informando que os valores são de origem lícita.
- (C) registrar a operação e comunicá-la ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), independentemente de suspeita, pois valores elevados devem ser informados.
- (D) realizar a operação apenas se o cliente for um correntista antigo, pois clientes com histórico na instituição estão isentos de comunicação ao COAF.
- (E) recusar a operação se houver suspeita de lavagem de dinheiro e comunicar a situação ao COAF, sem informar ao cliente sobre a comunicação realizada.

**23**

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é composto por diversas instituições que exercem funções normativas, de supervisão e de operação. A correta compreensão da estrutura do SFN é essencial para o funcionamento adequado das atividades econômicas no país.

Diante disso, assinale a afirmativa correta acerca da função dos órgãos normativos dentro do SFN.

- (A) Os órgãos normativos têm a função de fiscalizar diretamente as instituições financeiras, garantindo o cumprimento das normas e aplicando penalidades em caso de infrações.
- (B) A principal função dos órgãos normativos é estabelecer diretrizes e regras gerais para o funcionamento do Sistema Financeiro Nacional, sendo responsáveis pela formulação da política monetária e financeira.
- (C) Os órgãos normativos atuam exclusivamente na concessão de crédito e na intermediação financeira entre agentes superavitários e deficitários da economia.
- (D) A atuação dos órgãos normativos se limita a supervisionar bancos comerciais, não tendo competência sobre outras instituições financeiras como corretoras e cooperativas de crédito.
- (E) Os órgãos normativos são responsáveis por garantir o funcionamento do sistema de pagamentos no Brasil, regulamentando exclusivamente as operações realizadas por meio do PIX e outros meios eletrônicos.

**24**

A Resolução CMN nº 4.968/2021 estabelece diretrizes para os controles internos e a auditoria interna das instituições financeiras reguladas pelo Banco Central do Brasil.

Sobre essas diretrizes, assinale a afirmativa correta.

- (A) As instituições financeiras devem implementar um sistema de auditoria interna independente, sendo vedada qualquer forma de terceirização dessa atividade.
- (B) O relatório anual da auditoria interna deve conter uma avaliação da efetividade dos controles internos da instituição, identificando eventuais deficiências e recomendações para aprimoramento.
- (C) As instituições de pequeno porte estão dispensadas da necessidade de auditoria interna, desde que apresentem um programa de conformidade aprovado pelo Banco Central do Brasil.
- (D) A Resolução CMN nº 4.968/2021 exige que as instituições financeiras mantenham um Comitê de Auditoria obrigatório, independentemente do porte da instituição.
- (E) A auditoria interna deve reportar-se diretamente ao Banco Central do Brasil, sem necessidade de comunicação com a alta administração da instituição.

**25**

O Comunicado Técnico de Auditoria (CTA) 03, estabelecido pela Resolução CFC nº 1.321/2011, define diretrizes para a emissão do relatório do auditor independente sobre demonstrações contábeis individuais e consolidadas de instituições financeiras e demais entidades reguladas pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Considerando os requisitos estabelecidos por essa norma, analise a seguinte situação hipotética.

A empresa XYZ, uma instituição financeira autorizada a operar pelo BCB, contratou um auditor independente para revisar suas demonstrações contábeis consolidadas. Durante o processo de auditoria, o auditor identificou inconsistências materiais em algumas contas de ativos e passivos, que poderiam impactar a confiabilidade das informações financeiras apresentadas aos investidores e reguladores.

Ao solicitar esclarecimentos à administração, recebeu explicações insuficientes, sem documentação adequada que justificasse os saldos apresentados. Diante desse cenário, o auditor precisa emitir um relatório de auditoria que reflita de forma adequada essa situação, considerando as orientações do CTA 03.

Assinale a opção que apresenta a ação correta de acordo com a norma.

- (A) O auditor deve emitir um relatório com opinião sem ressalva, pois a responsabilidade pela elaboração e apresentação das demonstrações contábeis é da administração da instituição financeira, e o auditor não deve interferir nesse processo.
- (B) O auditor deve emitir um relatório de auditoria com opinião adversa, pois as inconsistências materiais identificadas e a ausência de explicações adequadas da administração indicam que as demonstrações contábeis não representam adequadamente a posição financeira da empresa conforme as normas contábeis aplicáveis.
- (C) O auditor deve emitir um relatório com opinião com ressalva, pois a ausência de explicações detalhadas da administração representa apenas um problema pontual que pode ser contornado por meio de notas explicativas adicionais no relatório.
- (D) O auditor deve emitir um parecer de escopo restrito, no qual limita sua responsabilidade apenas às contas auditadas, isentando-se de qualquer juízo de valor sobre a totalidade das demonstrações financeiras.
- (E) O auditor deve emitir um relatório com opinião sem modificação, mas incluir um parágrafo de ênfase mencionando as inconsistências encontradas, permitindo que os usuários das demonstrações financeiras interpretem a situação conforme julgarem necessário.

## PROVA DISCURSIVA - BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB)

---

### Questão 1

---

A Norma Brasileira de Contabilidade CTA 21 (R1) – ORIENTAÇÃO PARA EMISSÃO DE RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE O RELATÓRIO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL E AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL, aplicável às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (exceto administradoras de consórcios e cooperativas de crédito), define procedimentos específicos a serem seguidos pelo auditor.

**Com base nessa norma, explique como o auditor independente deve proceder para realizar auditoria, de acordo com o CTA 21 (R1), abordando obrigatoriamente os seguintes tópicos:**

- A) Relação entre as normas do Banco Central do Brasil e os procedimentos da NBC CTA 21 (R1).
- B) Aspectos relevantes na auditoria das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial.
- C) Tratamento do Relatório do Conglomerado Prudencial e responsabilidades do auditor sobre ele.
- D) Inclusão de outros assuntos e ênfase no relatório, especialmente sobre aspectos prudenciais e riscos relevantes.



---

**Questão 2**

---

As securitizadoras desempenham um papel fundamental no mercado financeiro ao viabilizar a captação de recursos por meio da emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e outros ativos estruturados. Para garantir a transparência e a fidedignidade das informações financeiras, a auditoria do patrimônio separado dessas entidades é regulamentada pelo Comunicado Técnico de Auditoria (CTA) 28, publicado em 17 de dezembro de 2019.

Esse normativo estabelece diretrizes sobre a responsabilidade dos auditores independentes na emissão do relatório de auditoria sobre o patrimônio separado, que deve evidenciar se os ativos e passivos segregados foram adequadamente contabilizados e se refletem a real posição patrimonial vinculada a cada emissão de títulos. O CTA 28 também orienta sobre a necessidade de uma avaliação específica do risco de descontinuidade da entidade e dos controles internos relacionados ao patrimônio separado, visando proteger os investidores e garantir conformidade com as normas regulatórias.

Com base no CTA 28 e na relevância do relatório de auditoria para as securitizadoras, responda ao que se pede a seguir.

- A) Qual a principal finalidade do relatório de auditoria sobre o patrimônio separado de securitizadoras e quais aspectos devem ser abordados nesse relatório?**
- B) Qual é o papel do auditor independente na identificação de riscos associados ao patrimônio separado e como essa avaliação impacta a credibilidade dos títulos emitidos?**



Realização

